

**CONTRATO N.º 93/2020** 

**REGISTO MYDOC N.º 14678/2020** 

## **AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS**

Procedimento n.º 2020/300.10.005/687

Aos catorze dias do mês de julho de dois mil e vinte, celebram, em suporte informático com
aposição de assinaturas eletrónicas qualificadas o presente contrato de <b>AQUISIÇÃO DE</b>
SERVIÇOS PARA A REVISÃO DO PROJETO DE "REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO
MUSEU MUNICIPAL DR. JOSÉ FORMOSINHO - NÚCLEO DE ARQUEOLOGIA", com o
preço contratual de <b>dezassete mil euros</b> , acrescido do IVA à taxa legal em vigor
Como PRIMEIRA OUTORGANTE: Sara Maria Horta Nogueira Coelho,

com

domicílio necessário no Edifício dos Paços do Concelho Séc. XXI, em Lagos, que outorga na qualidade de **Vereadora da Câmara Municipal de Lagos** e em representação do **Município de Lagos**, pessoa coletiva de direito público número 505.170.876, em exercício das competências delegadas pelo Presidente da Câmara Municipal, em 12 de novembro de 2019.\_\_\_ Como **SEGUNDO OUTORGANTE: Luís Filipe de Matos Dias**,

, com residência profissional na sede da sociedade sua representada, que outorga na qualidade de gerente da sociedade denominada ASEP – Associação de Engenheiros Projetistas Lda., com o número único de matrícula e pessoa coletiva 501.142.665, com sede na Avenida Almirante Reis, 256-5 E, 1000-058 Lisboa, com o capital social de quinze mil euros, conforme resulta da certidão permanente com o código de acesso número 5733-0184-6172.

O presente contrato rege-se pelas seguintes cláusulas:

## CLÁUSULA 1.a - OBJETO



O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A REVISÃO DO PROJETO DE "REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO MUSEU MUNICIPAL DR. JOSÉ FORMOSINHO - NÚCLEO DE ARQUEOLOGIA", a executar nos termos constantes do caderno de encargos, seus anexos e da proposta adjudicada.\_\_\_\_

CLÁUSULA 2.ª - PRAZO DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO
O cocontratante obriga-se a concluir a execução do serviço, no prazo de <b>45 dias</b> , de acordo
com o seguinte faseamento, nos termos do n.º 5 do caderno de encargos:
a) Fase 1 – Entrega de Relatório Parcelar 1 – <b>25 dias</b> , após a data de celebração do contrato;
<b>b)</b> Fase 2 – Entrega de Relatório Parcelar 2 – <b>10 dias</b> , após o envio do Projeto de Execução
com a introdução de ajustamento/correções, previstas no relatório parcelar 1;
c) Fase 3 – Entrega de Relatório Final e Declaração – 10 dias após o envio de Projeto de
Execução com a introdução de ajustamento/correções, previstas no relatório parcelar 2
CLÁUSULA 3.ª - PREÇO CONTRATUAL E RESPETIVO PAGAMENTO
1 - O preço contratual deste serviço é de €17.000,00 (dezassete mil euros), acrescido do
IVA à taxa legal em vigor
2 – O preço é pago faseadamente de acordo com o programa de trabalhos, repartido pelas 3
fases, nos seguintes termos:
a) Com a entrega do Relatório Parcelar 1 previsto no n.º 5, alínea a) do caderno de encargos –
50%;
<b>b)</b> Com a entrega do Relatório Parcelar 2 previsto no n.º 5, alínea b) do caderno de encargos –
30%;
c) Com a apresentação do Relatório Final e da Declaração previstos no n.º 5, alínea c) do
caderno de encargos – 20%
3 - O pagamento é feito no prazo máximo de 60 dias após a receção das respetivas faturas, as
quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação a que respeita, nos termos do
n.º 9 do caderno de encargos
4 - O encargo resultante deste contrato enquadra-se no Plano Plurianual de Investimento,

ação 25.001.2016/64 e será satisfeito pela seguinte dotação do orçamento em vigor na qual o
encargo tem cabimento e fica cativo: classificação orgânica - capítulo zero quatro;
classificação económica – agrupamento zero sete, subagrupamento zero três, rubrica zero
cinco
5 – Ao presente contrato foi atribuído, em cumprimento da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro,
o número sequencial de compromisso 44787, de 13/07/2020
CLÁUSULA 4.ª - GESTOR DO CONTRATO
Por despacho do Presidente da Câmara datado de 29 de abril de 2020 foi designado para
exercer as funções de gestora do contrato, nos termos do disposto no artigo 290.º-A, do Código
dos Contratos Públicos, a trabalhadora municipal
CLÁUSULA 5.ª - PREVALÊNCIA E OMISSÕES
1 - Fazem parte integrante do presente contrato o caderno de encargos, seus anexos e a
proposta adjudicada
2 – Em caso de dúvida ou divergência entre os documentos referidos no número anterior, a
respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados no ponto 2.2 do
caderno de encargos.
3 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 1 e o clausulado contratual,
prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto
no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do
disposto no artigo 101.º desse mesmo Código
CLÁUSULA 6.3 - PENALIDADES CONTRATUAIS
Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o primeiro outorgante pode aplicar
ao segundo outorgante sanções contratuais de natureza pecuniária, nos termos do n.º 12 do
caderno de encargos

## CLÁUSULA 7.ª - RESOLUÇÃO SANCIONATÓRIA

As partes reservam-se o direito de resolver o contrato sempre que tal faculdade lhes assista nos termos dos n.ºs 14 e 15 do caderno de encargos e do disposto no Código dos Contratos

Públicos.
CLÁUSULA 8.º – CUMPRIMENTO DAS NORMAS DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
1 - O Município de Lagos e o adjudicatário devem atuar em conformidade com todas as normas
vigentes no ordenamento jurídico nacional em matéria de proteção de dados pessoais e de
segurança da informação, normas essas designadas doravante por Norma de Proteção de Dados
Pessoais, cumprindo com as respetivas obrigações
2 - A Norma de Proteção de Dados Pessoais abrange todo e qualquer tipo de norma vigente e
aplicável no ordenamento jurídico nacional bem como toda e qualquer interpretação ou decisão
de uma entidade administrativa ou jurisdicional nas referidas matérias e toda e qualquer
recomendação, código de conduta ou mecanismo de certificação vigente e aplicável emitido por
uma autoridade de supervisão
CLÁUSULA 9.ª - DISPOSIÇÕES FINAIS
1 – Os pagamentos ao abrigo do presente contrato serão efetuados após a verificação dos
formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas
2 – O procedimento de ajuste direto, relativo ao presente contrato foi aprovado ao abrigo da
alínea d) n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos e autorizado por despacho do
Presidente da Câmara datado de 29 de abril de 2020
3 - A proposta objeto do presente contrato foi adjudicada por despacho do Presidente da
Câmara datado de 22 de junho de 2020, tendo na mesma data sido aprovada esta minuta, nos
termos conjugados no n.º 1 do artigo 76.º e do n.º 1, do artigo 98.º, ambos do Código dos
Contratos Públicos.
4 – Em cumprimento do disposto no artigo 68.º - Contratos de aquisição de serviços no setor
local - da Lei n.º 2/2020, de 31 de março, que aprova o Orçamento do Estado para 2020,
verificou-se que a presente contratação não faz o Município de Lagos ultrapassar no ano de

2020 os valores dos gastos tidos em 2019 com contratos vigentes com a mesma contraparte

nem com idêntico objeto.\_\_\_\_\_

5 – A aquisição de serviços objeto da presente contratação não pode ser realizada por via dos

recursos próprios da câmara municipal de Lagos, com fundamento no artigo 43.º, n.º 2 do
Código dos Contratos Públicos
6 - Foi verificado o registo da sociedade adjudicatária no Registo Central do Beneficiário
Efetivo, por consulta no site, <a href="https://rcbe.justica.gov.pt">https://rcbe.justica.gov.pt</a> , com o código de acesso: 7b7b58f8-
3120-49a9-8c27-20e4e36e8af6
Os outorgantes aceitam e obrigam-se a cumprir este contrato com todas as suas cláusulas e
obrigações
Arquivo:
Documentos arquivados na Plataforma eletrónica ( <u>www.saphety.com/pt-PT/home</u> ):
- Fotocópia da certidão permanente referida
- Fotocópia do caderno de encargos
- Fotocópia da proposta
- Fotocópia da declaração a que se refere a alínea a), do n.º 1, do artigo 81.º do Código dos
Contratos Públicos
- Fotocópia de três Certificados de Registo criminal, emitidos a 18 e 23 de maio de 2020 e 18
de junho de 2020.
- Fotocópia da declaração emitida automaticamente pelo Serviço de Segurança Social Direta
em 18 de maio de 2020, comprovativa de que a representada do segundo outorgante tem a
sua situação contributiva regularizada.
- Fotocópia da certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Lisboa-1 em 30 de junho de 2020,
comprovativa de que a representada do segundo outorgante tem a sua situação tributária
regularizada
_*_
Depois de ter sido assinado eletronicamente, este contrato foi revisto e a sua celebração
confirmada na Plataforma de Contratação Pública Eletrónica Saphetygov
(http://www.saphety.com) pela Oficial Público da Câmara Municipal de Lagos